

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores Expressos em Reais)

A T I V O

		31/dez/17	31/dez/16
CIRCULANTE	Nota	<u>2.478.751,63</u>	<u>2.327.587,65</u>
Caixa e equivalentes de caixa	04	207.430,38	274.752,22
Créditos de convênios	05	1.946.678,76	1.658.711,39
Estoques - materiais e medicamentos	06	258.805,04	315.696,24
Outras contas a receber		65.837,45	78.427,80
NÃO CIRCULANTE		<u>10.204.158,86</u>	<u>10.210.397,38</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>38.555,01</u>	<u>38.076,01</u>
Depósitos judiciais		38.555,01	38.076,01
INVESTIMENTOS		<u>41.404,53</u>	<u>37.529,63</u>
IMOBILIZADO	07	<u>10.124.199,32</u>	<u>10.134.791,74</u>
Bens em operação		15.613.176,02	15.109.093,87
(-) Depreciações acumuladas		(5.488.976,70)	(4.974.302,13)
TOTAL DO ATIVO		<u>12.682.910,49</u>	<u>12.537.985,03</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores Expressos em Reais)

P A S S I V O

		31/dez/17	31/dez/16
CIRCULANTE	Nota	<u>4.409.043,44</u>	<u>4.462.914,06</u>
Fornecedores	08	2.289.748,63	1.699.954,17
Impostos, taxas e contribuições	09	758.837,31	1.419.287,26
Empréstimos e financiamentos	10	548.860,16	611.620,00
Provisões de férias e encargos		616.379,46	542.243,17
Outras obrigações		195.217,88	189.809,46
NÃO CIRCULANTE		<u>20.168.875,66</u>	<u>18.703.599,37</u>
Impostos, taxas e contribuições	09	19.030.696,35	17.577.176,30
Empréstimos e financiamentos	10	7.793,44	-
Doações/subvenções para investimentos	11	1.066.385,87	1.126.423,07
Outras obrigações		64.000,00	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	<u>(11.895.008,61)</u>	<u>(10.628.528,40)</u>
Patrimônio institucional		9.249.320,97	9.249.320,97
Déficit acumulados		(20.006.880,51)	(20.265.658,36)
Déficit/superávit do exercício		(1.137.449,07)	387.808,99
TOTAL DO PASSIVO		<u>12.682.910,49</u>	<u>12.537.985,03</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**Içara - SC****DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO**
(Valores Expressos em Reais)

		01/jan/17 a 31/dez/17	01/jan/16 a 31/dez/16
RECEITAS COM SAÚDE	Nota		
Sem Restrições	12	14.204.853,63	14.383.602,35
Receita de serviços por convênios		10.161.900,24	9.095.112,54
Receita de serviços externos		839.474,69	661.563,11
Subvenção federal		96.765,00	-
Subvenção estadual		-	2.150.000,00
Subvenção municipal		2.885.783,06	2.207.030,67
Outros auxílios e subvenções		220.930,64	269.896,03
CUSTEIOS DE SAÚDE		(14.017.765,88)	(12.388.845,75)
Despesas de pessoal e encargos		(6.645.227,85)	(5.515.069,52)
Despesas com profissionais médicos		(5.089.953,21)	(4.917.284,59)
Despesas com materiais e medicamentos		(2.282.584,82)	(1.956.491,64)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL		187.087,75	1.994.756,60
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(299.245,16)	(631.757,94)
Outras receitas		180.268,70	-
Despesas gerais e administrativas		(1.892.318,71)	(1.976.353,19)
Receitas de isenção da filantropia		1.412.804,85	1.344.595,25
RESULTADO FINANCEIRO	13	(1.025.291,66)	(975.189,67)
Receitas financeiras		7.852,25	48.890,46
Despesas financeiras		(1.033.143,91)	(1.024.080,13)
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(1.137.449,07)	387.808,99

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, instituída pelo **HOSPITAL DE CARIDADE SÃO DONATO** é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade a manutenção de um hospital e prestação de serviços de assistência médica hospitalar a todos que necessitarem sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Fundação em 06 de abril de 2018.

NOTA 02 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – *IASB*.

B) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.

C) MOEDA FUNCIONAL

A Administração da Fundação definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da Resolução CFC nº 1.255/09.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

D) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, depósitos judiciais trabalhistas e cíveis e provisões tributárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

E) AJUSTE A VALOR PRESENTE

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.

NOTA 03 PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressalta-se:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados / negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Abrangem saldos de caixa e depósitos a vista, assim como aplicações financeiras com liquidez imediata, demonstradas pelo custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Corresponde a valores a receber de convênios com SUS e Planos de Saúde, registrados pelo valor original até a data do balanço, além de serviços médicos, subvenções a receber, contribuições e incentivos estaduais.

EXIGÍVEIS

Abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial.

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

Corresponde a valores a receber de convênios com SUS, Planos de Saúde e Município, avaliados pelo valor justo.

C) ESTOQUES

Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superaram os preços de mercado.

D) IMOBILIZADO

Os valores do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados por reavaliação espontânea realizada no exercício de 2005 e depreciações acumuladas a partir de 2006, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

No exercício de 2017 a Fundação manteve as taxas de depreciação comumente utilizadas.

E) FORNECEDORES

Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços devidos até a data do balanço.

F) SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários, devidos até a data do balanço.

G) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Estão demonstrados pelos valores de encargos sociais sobre salários e retidos de prestadores de serviços, tributos retidos sobre serviços prestados, tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil.

Saldos demonstrados pelo seu valor justo, incluindo os encargos financeiros, quando devidos, até a data do balanço.

H) PROVISÃO PARA FÉRIAS

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

I) DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

As doações patrimoniais representam acréscimos no ativo da Fundação com o fim de proporcionar recursos para o capital, inclusive sob forma de subvenções governamentais. A subvenção é reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada do correspondente ativo adquirido com recursos de subvenções.

J) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Demonstrados por valores de realização / obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

K) APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/ DÉFICIT

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência de exercícios para a apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, conforme determinações de seu Estatuto Social.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Caixa	53.755,12	9.122,26
Bancos Conta Movimento	135.517,21	240.573,52
Bancos Conta Vinculada Aplicação	18.158,05	25.056,44
Total	207.430,38	274.752,22

NOTA 05 – CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

Os valores a receber do SUS e de outros convênios, estão assim distribuídos:

Convênio	2017	2016
SUS AIH	7.724,05	393.905,00
SUS APAC	432.207,36	89.377,00
SUS Contratualização	400.211,33	400.211,33
SUS Incentivo a Contratualização	50.968,22	76.452,33
SUS Incentivo a Maternidade	900.000,00	600.000,00
Unimed	72.994,31	66.747,57
Prefeitura Municipal de Içara - PABA	11.636,49	4.853,43
Outros Convênios	70.937,00	27.164,73
Total	1.946.678,76	1.658.711,39

NOTA 06 – ESTOQUES – MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Saldos contábeis apresentam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Materiais Hospitalares	139.668,99	181.098,67
Medicamentos	84.068,05	100.150,33
Materiais de Consumo	7.093,18	3.852,39
Materiais de Limpeza	5.454,03	5.304,74
Materiais de Expediente e Escritório	9.834,06	8.972,00
Materiais de Nutrição e Dietética	11.526,12	15.221,97
Material de Manutenção	1.160,61	1.096,14
Total	258.805,04	315.696,24

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Segue composição dos itens que integram o imobilizado, bem como as imobilizações em andamento, no exercício de 2017:

Descrição	Saldo em 31/dez./16	Aquisições R\$	Baixas R\$	Saldo em 31/dez./17
Imobilizações	<u>15.109.093,87</u>	<u>516.936,70</u>	<u>(12.854,55)</u>	<u>15.613.176,02</u>
Bens em Operação	<u>13.793.021,73</u>	<u>410.522,02</u>	<u>(12.854,55)</u>	<u>14.190.689,20</u>
Terrenos	3.030.402,50	-	-	3.030.402,50
Construções	6.962.231,16	-	-	6.962.231,16
Máquinas e equipamentos	2.685.222,10	139.342,18	-	2.824.564,28
Móveis e utensílios	674.387,69	117.207,84	-	791.595,53
Veículos	38.354,55	124.775,00	(12.854,55)	150.275,00
Computadores e periféricos	331.523,87	29.197,00	-	360.720,87
Outras instalações	70.899,86	-	-	70.899,86
Imobilizado em andamento	<u>1.316.072,14</u>	<u>106.414,68</u>	<u>=</u>	<u>1.422.486,82</u>
Unidade de tratamento intensivo - UTI	1.316.072,14	106.414,68	-	1.422.486,82

Descrição	Saldo em 31/dez./16	Depreciações R\$	Baixas R\$	Saldo em 31/dez./17
(-) Depreciações acumuladas	(4.974.302,13)	(527.529,12)	12.854,55	(5.488.976,70)
(-) Construções	(3.029.082,94)	(278.489,28)	-	(3.307.572,22)
(-) Máquinas e equipamentos	(1.249.099,20)	(148.650,43)	-	(1.397.749,63)
(-) Móveis e utensílios	(393.813,09)	(33.641,39)	-	(427.454,48)
(-) Veículos	(38.993,79)	(9.851,65)	12.854,55	(35.990,89)
(-) Computadores e periféricos	(205.047,96)	(49.806,41)	-	(254.854,37)
(-) Outras instalações	(58.265,15)	(7.089,96)	-	(65.355,11)

NOTA 08 – FORNECEDORES

Saldo de fornecedores e honorários médicos a pagar, com a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Fornecedores	917.744,74	698.194,34
Honorários Médicos	389.276,74	723.461,80
Honorários Médicos – Plantões	982.727,15	278.298,03
Total	2.289.748,63	1.699.954,17

NOTA 09 – IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Correspondem a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e Previdência Social, inclusive taxas e emolumentos, demonstrados por valores nominais, acrescidos de encargos, quando devidos até a data do balanço.

Conta	2017		2016		Situação
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
FGTS a Recolher e Parcelamento	297.638,12	907.383,68	936.815,17	138.230,91	
INSS – Empregados	95.602,30	-	174.199,66	-	
INSS – Autônomo a Recolher	4.666,79	-	3.947,06	-	
IRRF – Empregados	79.336,21	-	53.211,11	-	
IRRF – Autônomos	15.751,08	-	14.627,11	-	
IRRF – Pessoas Jurídicas	16.873,52	-	13.234,00	-	
Contribuições Retidas a Recolher	48.387,10	-	35.863,51	-	
Contribuição Social - Parcelamento	14.408,74	22.632,54	13.242,10	34.067,79	
INSS Notificação PROSUS - nota 18	-	9.888.796,52	-	9.084.400,95	W1
INSS Patronal a Pagar PROSUS - nota 18	-	1.360.041,67	-	1.985.493,07	W1
PIS Folha de Pagamento PROSUS - nota 18	-	304.943,40	-	229.576,42	W1
INSS Parcelamento PROSUS - nota 18	-	6.282.114,14	38.653,06	5.762.442,92	W1
INSS Parcelamentos - Outros	116.099,24	217.879,20	75.857,00	272.359,88	W2
IRRF - Parcelamento	29.861,65	46.905,20	27.443,81	70.604,36	
ISS a Recolher	40.212,56	-	32.193,67	-	
Total	758.837,31	19.030.696,35	1.419.287,26	17.577.176,30	

Onde:

W1 Valores incluídos no programa PROSUS, conforme Nota Explicativa 18, onde a Fundação considera prudente manter os valores registrados e corrigidos contabilmente até a consolidação dos valores por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

W2 Outros parcelamentos tributários federais, que estão sendo pagos nos seus respectivos vencimentos.

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a recursos financeiros contraídos pela Fundação com taxas de juros de mercado, com a finalidade de capital de giro. Os valores apresentados estão atualizados até a data do balanço.

Financiador	Vencimento	2017		2016	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Unicred – Coop. de crédito	2018	11.690,16	7.793,44	74.450,00	-
Giassi e Cia Ltda	2013	537.170,00	-	537.170,00	-
Total		548.860,16	7.793,44	611.620,00	-

NOTA 11 - DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

Valores referem-se a contratos firmados com a Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina, com o objetivo de viabilizar recursos financeiros, conforme segue:

Contrato	Valor	Finalidade	
19647/2008-9	775.216,60	Construção de unidade de terapia intensiva	W1
8.279/2012-1	291.169,27	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares	W2
Total	1.066.385,87		

W1 – A unidade de terapia intensiva ainda se encontra em construção. Portanto este valor permanece em sua totalidade registrado no Passivo Não Circulante. No momento da conclusão da unidade, este valor passará a ser reconhecido como Receita proporcional ao reconhecimento de sua depreciação mensal.

W2 – Valores atualizados, onde o reconhecimento da Receita é proporcional a depreciação mensal.

NOTA 12 - ORIGEM DAS RECEITAS

A Fundação obteve as seguintes receitas operacionais:

Descrição	2017	2016
Receitas Operacionais	14.204.853,63	14.383.602,35
Receitas de Prestação de Serviços	11.001.374,93	9.756.675,65
Receitas de Convênios	10.161.900,24	9.095.112,54
Sus	9.673.178,23	8.691.861,81
Plano de Saúde Privado	486.737,17	401.463,43
Outros	1.984,84	1.787,30
Receitas Externas	839.474,69	661.563,11
Apartamentos	621.049,98	434.846,47
Taxas, Materiais e Medicamentos	218.424,71	226.716,64
Subvenções e Auxílios	3.203.478,70	4.626.926,70
Contribuição Espontânea e Doações	220.930,64	269.896,03
Governo Municipal	2.885.783,06	2.207.030,67
Governo Estadual	0,00	2.150.000,00
Governo federal	96.765,00	0,00

NOTA 13 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido, esta segregado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Receitas Financeiras	<u>7.852,25</u>	<u>48.890,46</u>
Descontos Obtidos	1.211,19	226,73
Juros Recebidos	2.766,16	46.015,43
Unicred - distribuição de sobras	3.874,90	2.648,30
Despesas Financeiras	<u>(1.033.143,91)</u>	<u>(1.024.080,13)</u>
Despesas Bancárias	(8.540,99)	(9.180,32)
Juros	(280.977,43)	(179.906,78)
Multas	(98.047,85)	(136,20)
IOF - Imposto Sobre Operação Financeira	(2.620,41)	(2.355,15)
IRRF Sobre Aplicação Financeira	(92,45)	(9.296,32)
Atualização de Parcelamentos	(29.781,66)	(73.070,48)
Atualização Monetária	(604.953,51)	(739.921,72)
Outras Despesas Acessórias	(8.129,61)	(10.213,16)
Resultado Financeiro	<u>(1.025.291,66)</u>	<u>(975.189,67)</u>

NOTA 14 - APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 15 - GRATUIDADES CONCEDIDAS

Em atendimento ao disposto no artigo 4º da Lei nº 12.101/09, a Fundação Social Hospitalar de Içara, no exercício de 2017, ofertou prestação de serviços ao S.U.S. equivalente a 92,90% de seus atendimentos totais, conforme exposto a seguir:

Período	Total de atendimentos	Atendimentos pelo SUS	%
Exercício de 2017	106.689	99.116	92,90%
Exercício de 2016	100.531	94.225	93,73%

NOTA 16 - RESPONSABILIDADES CONTINGENCIAIS

Encontram-se em andamento ações indenizatórias, cíveis e trabalhistas movidas contra a Fundação, cujo montante das possíveis contingências ao final do exercício de 2017, esboçados pela assessoria jurídica, era de aproximadamente R\$ 13 milhões.

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 11.895.008,61 (onze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oito reais e sessenta e um centavos), é resultante de:

- R\$ 19.731,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e um reais) positivo: referente a aumento de Patrimônio Social com a inclusão de um terreno urbano situado no Balneário Rincão, referente ao lote 34 da quadra 175, loteamento ARGU, conforme registro R-3/28.152, do Cartório de Jorge Bertan, doado pelo Senhor Arcolino Guglielmi, no valor de R\$ 2.500,00; Um monitor fetal Cardiotocógrafo, modelo MFC-500, marca Microem, doado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, mantida pela Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, conforme termo de doação, no valor de R\$ 17.231,00.
- R\$ 9.229.589,97 (nove milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) positivo: referente reavaliação patrimonial realizada no exercício de 2005.
- R\$ 20.006.880,51 (vinte milhões, seis mil, oitocentos e oitenta reais, e cinquenta e um centavos) negativo: referente a déficits/superávits acumulados de exercícios anteriores;
- R\$ 1.137.449,07 (um milhão, cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais, e sete centavos) negativo: referente ao déficit do exercício de 2017.

Os déficits apurados de períodos anteriores provém basicamente do provisionamento da quota patronal do INSS, em virtude da Fundação não possuir o Certificado de Entidade de Assistência Social (CEBAS) emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no período de nov./2005 a dez./2008, gerando passivos Previdenciários que foram incluídos no Parcelamento PROSUS e atualizados conforme determina a legislação fiscal.

Em 2012, o Ministério da Saúde emitiu certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através da portaria SAS/MS nº. 608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, cuja renovações foram deferidas conforme portarias nº 1.346/16 e nº 1.500/17, com validade de 17 de novembro de 2014 até 16 de novembro de 2020.

NOTA 18 - ADESAO AO PROGRAMA PROSUS

Com a criação do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS, criado pela Lei nº 12.873 de 24 de outubro 2013, a Fundação vem atendendo as exigências necessárias para enquadramento no referido programa, tanto que sua adesão foi aprovada por meio de condição resolutiva, através da Portaria nº 866, de 11 de setembro de 2014, do Ministério da Saúde, processo nº 25000.121232/2014-35. O último dossiê contendo a documentação necessária, foi enviado ao administrador do programa, dia 04 de dezembro de 2015. Os débitos apurados até a data limite de 31 de março de 2014 (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 18, de 06 de outubro de 2014), estão registrados contabilmente com seus respectivos valores corrigidos até o encerramento das demonstrações contábeis referente exercício de 2017, assim discriminados:

Conta	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
INSS notificação	-	9.888.796,52	-	9.084.400,95
INSS patronal a pagar	-	1.360.041,67	-	1.985.493,07
PIS folha de pagamento	-	304.943,40	-	229.576,42
INSS parcelamento	-	6.282.114,14	38.653,06	5.762.442,92
Total	-	17.835.895,73	38.653,06	17.061.913,36

Em janeiro e fevereiro de 2016, a Fundação protocolou a desistência de todos os processos judiciais envolvendo a cobrança dos tributos mencionados, sendo esta uma das exigências para enquadramento no PROSUS, e consequentemente, o início da vigência do período de moratória de 180 meses.

Em maio de 2016, o Ministério da Saúde indeferiu a adesão ao PROSUS pela Portaria nº 601/16, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluíram que a entidade não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, sendo interposto recurso da decisão.

Desta forma, a Fundação aguarda pelo deferimento da consolidação dos seus débitos tributários por parte da Receita Federal do Brasil – RFB, e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para remissão destes, sendo que este fato, estima-se que aconteça no ano de 2017.

WALDEMAR LUIZ CASAGRANDE
CPF – 440.721.639-53
PRESIDENTE

ANTONIO DE MELLO
CPF – 245.376.919-72
CONTADOR
CRC- SC 012837/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada **“Base para a opinião com ressalva”**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Os valores do ativo “Imobilizado” mantêm-se registrados pelos custos históricos, ajustados por depreciações acumuladas, calculadas às taxas estabelecidas em função do tempo de sua vida útil fixadas por espécie de bens. A Fundação realizou em anos anteriores o inventário físico dos bens patrimoniais, porém, o relatório não se apresenta de forma segregada por grupo de contas contábeis, utilizado apenas para fins de controles físicos. Para o encerramento do exercício não foram aplicados os testes de recuperabilidade desses ativos, conforme orientação do Comunicado Técnico CPC 01 e Seção 17 da Resolução CFC N° 1.255/09, impossibilitando-nos de opinar quanto à realização de seus valores residuais.

Para o encerramento do exercício de 2017 não foi possível acompanhar os inventários físicos de estoques, bem como, não nos certificamos da exatidão das quantidades determinadas mediante outros procedimentos de auditoria, impossibilitando-nos de opinar quanto a realização de seus valores.

A Fundação apresentou déficit em 2017 que, somados aos déficits acumulados, resultaram no Patrimônio Líquido Negativo. Os déficits foram gerados principalmente pela atualização de débitos previdenciários relativos ao triênio de 2009 a 2011, em que a Fundação não possuía o Certificado de Filantropia concedido pela CNAS. Tais débitos foram incluídos no Parcelamento PROSUS, que permanece pendente de consolidação pela Procuradora Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Fundação também apresenta o seu capital circulante líquido negativo, onde se evidencia ainda, as dificuldades de ordem financeira para honrar os compromissos assumidos a curto prazo. Essas situações indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Fundação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – Adesão ao Programa PROSUS

Conforme descrito na Nota Explicativa 18, o Ministério da Saúde indeferiu, por meio da Portaria Nº 601, de 23 de maio de 2016, a adesão da Fundação ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, criado pela Lei nº 12.873/13, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluíram que a entidade não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013. A entidade interpôs recurso da decisão. Diante disto, a Fundação aguarda o deferimento do recurso e da consolidação dos débitos tributários em aberto, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, registrados até dia 31 de março de 2014. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Em junho de 2012 a Fundação recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Ministério da Saúde através da portaria SAS/MS Nº. 0608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, com validade para três anos a contar da data da publicação no DOU. O certificado foi renovado pela Portaria Nº 1.346/2016 para o período de 17 de novembro de 2014 a 16 de novembro de 2017, e renovado novamente pela Portaria Nº 1.500/2017 para o período de 17 de novembro de 2017 a 16 de novembro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 06 de abril de 2018.

MÜLLER EYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI/ CVM Nº 638